

Considerações sobre os determinantes do desenvolvimento econômico da América Latina: dos anos de 1980 ao início do século XXI

Carlos José Espíndola
Departamento de Geociências da UFSC
carlos.espindola@ufsc.br

RESUMO

Após duas décadas de crescimento econômico pífio, em decorrência da crise da dívida externa nos anos de 1980 e das políticas neoliberais ditadas pelo “Consenso de Washington” nos anos de 1990, a América Latina apresentou, a partir dos anos 2000 um período de crescimento econômico que se traduziu em uma melhor distribuição de renda uma significativa redução do nível de pobreza e uma redução do nível de desemprego. Diante deste quadro, o objetivo geral deste texto é desvendar, com base no levantamento bibliográfico e coleta de dados, os principais determinantes responsáveis pelo desenvolvimento econômico da América Latina entre 1980 e o início do século XXI. A conclusão geral é que houve uma combinação entre fatores internos e os fatores externos na alavancagem do crescimento econômico.

Palavras Chaves: América Latina, Desenvolvimento econômico, Políticas públicas.

CONSIDERATIONS ON ECONOMIC DEVELOPMENT DETERMINANTS IN LATIN AMERICA: FROM THE 1980S TO THE EARLY 21ST CENTURY

ABSTRACT

After two decades of poor economic growth due to foreign debt crisis in the 1980s and neoliberal policies dictated by the “Washington Consensus” in the 1990s, Latin America experienced, from the year 2000, a period of economic growth throughout the better income distribution, significant decrease in poverty level, and unemployment reduction. Thus, the general objective of this text is to unveil the main determinants responsible for the economic development of Latin America between 1980 and the beginning of the 21st century based on the bibliographic survey and data collection. The overall conclusion is that there was a combination of internal and external factors in leveraging the economic growth in the first decade of the 21st century.

Keywords: Latin America, Economic Development, Public Policy.

Introdução

A América Latina entre os anos de 1980 e as primeiras décadas do século XXI apresentou momentos diferenciados que se caracterizam por crise e crescimento econômico. Assim, se entre 1930-1980, a América Latina, apresentou políticas nacionalistas visando a industrialização, nos anos pós 1980 e 1990, a economia regional foi caracterizada por intenso processo de estrangulamento comercial e financeiro implementado pelo imperialismo norte-americano. Nos anos de 1980, a política imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), resultou na redução da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) se de 5,3% em 1980 para 2,8%, em 1985, o PIB per capita regrediu em média para 0,6% entre 1981-90. Já a dívida externa da região passou de U\$ 150 bilhões em 1978 para U\$ 332,3 bilhões em 1983 (MUNHOZ, 2002).

Nos anos de 1990, as políticas neoliberais implementadas pelos países latinos americanos resultaram na queda dos indicadores econômicos, com destaque para o aumento da desigualdade e da pobreza na maioria dos países. Entre 1998-2003, enquanto o PIB regional cresceu apenas 1,4%, o PIB per capita despencou para (-) 0,1%. Nos anos pós 2000, a América Latina foi marcada por uma série de alterações econômicas e políticas, que se manifestou na adoção de diferentes modelos de desenvolvimento. Do ponto de vista econômico a América Latina apresentou uma melhora dos índices econômicos que se traduziu na aceleração do crescimento associado a uma melhor distribuição de renda e uma significativa redução da pobreza. Assim, enquanto entre 1980 a 2003, o crescimento econômico da América do Sul foi de 2,8% ao ano, entre 2004 a 2011, o crescimento foi de 5,3% ao ano (SANTOS, 2015).

Desvendar os principais determinantes responsáveis pelo desenvolvimento econômico da América Latina entre 1980 e o início do século XXI é o objetivo central do artigo.

Materiais e Métodos

O texto foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico englobou a leitura e análise de artigos, teses e dissertações, visando avaliar e situar a bibliografia relativa à temática exposta. Operacionalmente, trabalhou-se com as fontes primárias e secundárias de modo contextualizado. Buscaram-se, ainda, informações na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão do governo brasileiro, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o Conselho empresarial Brasil-China.

Este artigo é composto de três partes, além dessa introdução e das conclusões. Enquanto a primeira parte destaca os determinantes da crise dos anos de 1980 e do “Consenso de Washington”, a segunda evidencia o crescimento econômico da América Latina pós-2000 e, por fim a terceira parte procura destacar os fatores internos e externos responsáveis pelo crescimento econômico da América Latina pós 2000.

Resultados e discussões: Determinantes da crise dos anos de 1980 e do “Consenso de Washington”

A crise da economia mundial de 1929 promoveu, em função do estrangulamento cambial, um papel decisivo nas políticas de substituição de importações na América Latina. Entre os anos de 1930-1950 a América Latina tornou-se “o continente mais dinâmico do mundo” (MAMIGONIAN, 2006, p. 117) e continuou com taxas de crescimento do produto em torno de 5,8% entre 1950 e 1980 (CARDOSO, FISHLOW, 1990). Segundo Mamigonian (1999, p. 139), na fase depressiva do 3º ciclo longo de Kondratieff (1920-1948), enquanto o

centro do sistema implantava políticas protecionistas e keynesianas, a periferia do sistema (América Latina, Ásia, Europa mediterrânea e oriental) adotaram políticas industriais de substituição de importações.

Contudo, as estratégias dos países latinos americanos foram diferenciadas. Assim, o Chile passou a crescer industrialmente, em função da criação da CORFO, órgão de planejamento e financiamento, que permitiu o surgimento de várias empresas estatais do aço, do petróleo e da eletricidade. Essa mesma esteira industrializante foi, diferentemente da Argentina, utilizada pelo Brasil, com o novo pacto de poder resultante da revolução de 1930 (MAMIGONIAN, 1999, 2006). Cano (2009, p. 605), afirma que “Equador, Venezuela e quase toda a América Central e Caribe, pouco ou nada fizeram, mantendo-se atrelados à área do dólar e só alterando sua forma de ação de governo e de política econômica muito depois dos demais”.

Durante os anos de 1970 a liquidez internacional permitiu às economias latino-americanas a continuar crescendo com elevados déficits em conta corrente e no balanço de pagamento, o que influenciou negativamente na taxa de crescimento do PIB regional, que passou de 5,6%, nos anos 70, para 1,2%, na década de 80, na média anual (CEPAL, 2009). Cabe ainda ressaltar que na fase depressiva do 4º ciclo longo de Kondratieff, pós 1973, o golpe militar realizou uma reestruturação profunda da economia e da sociedade chilena com o fim da reforma agrária, repressão política, privatizações, liberalização dos preços agrícolas, elevação das taxas de juros, etc. o golpe militar de A. Pinochet além de implantar o neoliberalismo, “interrompeu as reformas democráticas e anti-imperialistas [...]. A industrialização foi brutalmente interrompida” (MAMIGONIAN, 2006, p.120). Em 1982, enquanto o desemprego superou 30%, o PIB caiu 14% e a produção industrial diminuiu 23% (SEGUEL, 2008, p.5 apud BRANDÃO, 2017).

Enquanto, a Argentina viveu brutal e destruidora experiência neoliberal durante a ditadura de 1976 a 1983 (MAMIGONIAN, 2006), no Brasil o pacto de poder nacionalista instaurado em 1930 (latifundiários voltados ao mercado interno e industriais), continuou sob a batuta dos militares pós golpe de 1964. Segundo Rangel, (1985, p. 48), “de fato, o que houve foi que, no período 1967-73, o Brasil viveu uma conjuntura extremamente favorável, resultante da coincidência da fase a do seu ciclo endógeno com a etapa final da mesma fase a do 4º Ciclo Longo”. O resultado foi que a taxa de inflação caiu de 88,4% em 1963, para 15% em 1971, enquanto, no mesmo período, o índice de crescimento industrial passava de 0,2% para 12%.(RANGEL, 1985).

Ciente da crise mundial pós 1973, o governo militar procura acelerar o crescimento da economia nacional implementando IIº Plano Nacional de Desenvolvimento (1974). As metas colocadas pelo IIº PND tinham características de “crescimento-a-qualquer-custo” (CASTRO, SOUZA, 1985, p. 35). “Entre 1975 e 1980, a produção industrial brasileira esteve crescendo à razão de 7,6% ao ano, contra 10,4% no período 1965-70 e 4,5% ao ano, no mesmo período 1975-80” (RANGEL, 1985, p 49). Esse desempenho foi extremamente satisfatório se comparado com a economia do mundo capitalista que cresceu, no período de 1968-73, 6,2% ao ano e 2,0% ao ano no período de 1973-80.

A partir de 1980, a economia latino-americana começou a ser estrangulada financeiramente e comercialmente. Os EUA, a partir do governo Reagan (1981-88), comandaram esse processo em toda a América Latina conforme demonstrou Mamigonian (2006). A política de ajustamento imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), via políticas fiscais e monetárias restritivas e desvalorizações cambiais visando aumentar as exportações e reduzir as importações, resultou na recessão econômica da região ao longo dos anos de 1980. Enquanto, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) se reduzia de 5,3% em 1980 para 2,8%, em 1985, o PIB per capita regrediu em média para 0,6% entre

1981-90. Já a dívida externa da região passou de US\$ 150 bilhões em 1978 para US\$ 332,3 bilhões em 1983 (MUNHOZ, 2002)¹.

Segundo Balanço, et. al. (2003, p. 682) “o modelo de desenvolvimento da década de 80, pelas suas características recessivas, logrou taxas de crescimentos ínfimas para o PIB da região. Entre 1980 e 1985, ocorreu um incremento de 0,6 %; já, entre 1985 e 1990, o crescimento foi um pouco maior (1,9%)”. Ainda segundo o autor o “setor externo apresentou as mesmas vicissitudes do crescimento econômico, na medida em que as importações, na média anual, se reduziram em 8,1%, entre 1980 e 1985, e as exportações obtiveram um crescimento baixo de 0,8 %, na média anual, para o mesmo período” (BALANCO, et. al., 2003, p. 682).

Em termos gerais, a política de ajustamento macroeconômico proposta pelo FMI não solucionou os problemas referentes a queda dos investimentos, déficit orçamentário, desequilíbrios do balanço de pagamentos e o endividamento externo. Essa conjuntura recessiva abriu espaço para a implementação do receituário proposto pelo “consenso de Washington”. Segundo Bresser-Pereira (1991, p. 6) a crise latino-americana, na concepção do consenso, deriva do excessivo papel do estado e da indisciplina fiscal.

A saída segundo o receituário é a redução dos gastos públicos, redução de subsídios, reforma tributária, liberalização do comércio exterior, privatização de empresas públicas, desregulamentações, liberalização de fluxos de capitais, entre outras. Trata-se, em seu conjunto, de políticas macroeconômicas de estabilização e reformas estruturais liberalizantes (TAVARES; FIORI, 1993). Segundo Arroyo (2006), a liberalização financeira, a abertura comercial e as privatizações foram uma condição indispensável para a inserção dos territórios latino-americanos nos fluxos internacionais de capital.

Se por um lado, as políticas neoliberais conseguiram conter a inflação, por outro lado, a valorização cambial e a abertura comercial provocaram um aumento considerável das importações. Entre 1990-1997, enquanto as exportações totais aumentam 84,3% as importações subiram 160,8%. Ademais, a elevação das taxas de juros e a desregulamentação nos mercados financeiros, juntamente com a liberalização dos fluxos de capitais promoveu o ingresso bruto de US\$ 680 bilhões ao longo dos anos de 1990. Desse total, US\$ 321,4 bilhões referem-se aos investimentos externos diretos (IED) e US\$ 358,2 bilhões referentes a portfólios (MUNHOZ, 2002). Em contrapartida, a elevação das taxas de juros se “refletiram fortemente na dívida pública da região. A dívida externa bruta saltou de US\$ 460,9 para US\$ 727,8 bilhões, entre 1991 e 2001” (BALANCO, et. al. 2003, p. 685).

Entretanto, em função da adoção das medidas neoliberais em diferentes momentos, os impactos foram diferenciados entre os países. No Chile Mamigonian (2006) ressalta que o modelo neoliberal foi abandonado a partir da crise de 1981-1982. Ainda segundo o autor se o Chile começou a sair do modelo neoliberal nos anos de 1980, a Argentina, o Brasil e o México, mergulhavam na experiência fracassada do Chile de 1973-1982. Rondinel et. al. (2005, p. 28) destaca, com base nos dados do FMI, que o Chile foi o país que mais cresceu entre 1983-2004, se comparado com as maiores economias da América Latina. O Chile cresceu 209%, enquanto que o Brasil cresceu 72%, o México 65%.

¹ Excetua-se o caso chileno e o brasileiro. No Chile, o governo antes do golpe de 1973, aproveitando-se de recursos naturais ociosos, planejou e financiou a diversificação das exportações, como madeiras e móveis, salmão e trutas, vinhos, celulose, uvas. (MAMIGONIAN, 2006, p. 119). Entre 1982 e 1989, o PIB chileno teve uma taxa de crescimento anual de 2,8% (CEPAL, 2009). No Brasil, segundo Rangel (1985, p. 66) “o esforço para produção de saldos, como bem observou o ex-ministro Delfim Neto, não deprimiu a economia e não o fez pela razão apontada pelo ministro, isto é, porque esse esforço traduziu-se em utilização de capacidade produtiva preexistente e ociosa”.

A segunda experiência neoliberal na Argentina ocorre no governo de Carlos Menem (1989-1999), com a aplicação de políticas econômicas que impulsionavam a privatização e a dolarização da economia facilitando, com isso, as importações e dificultando as exportações. Entre 1990-1998 o governo Argentino vendeu US\$ 20 bilhões de empresas estatais (gás, petroleiras, telefonia, correios, linhas aéreas, empresa de água e esgoto, usinas atômicas, etc.), sendo que 60% para o capital estrangeiro (BRANDÃO, 2017). A decadência econômica sob o neoliberalismo aumentou a população pobre e miserável para 38,0% do total em 2001 e para 57,5% em 2002 (MAMIGONIAN, 2006).

No Brasil, a primeira manifestação do neoliberalismo se dá nos governos de Collor de Mello (1990-1992), com a implantação de um plano econômico (Plano Collor) que visava produzir um brutal choque deflacionário (redução da liquidez), através de uma reforma monetária (substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro), retenção dos ativos monetários e liberalização das importações. Contudo, a sua consolidação ocorreu com Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a partir da efetiva aplicabilidade do plano Real iniciado em 1993.

O Plano Real foi aplicado através do ajuste fiscal com cortes de despesas, a conversão de preços e salários a uma unidade (URV) e a reforma monetária. Essa nova política econômica de estabilização estava sustentada por duas "âncoras": a manutenção de uma taxa de juros real elevada (em torno de 20% anuais) e uma taxa cambial da ordem de R\$ 1,00 = US\$ 1,00. O novo plano apresentou, entre os anos de 1994-98, um decréscimo do PIB de 5,9% para 0,7% e um aumento da taxa de desemprego de 5,1% para 7,5% (MATTOSO, 1999; NETO, 1999).

A abertura comercial, juntamente com a sobrevalorização cambial, favoreceu o crescimento das importações num ritmo acelerado ao longo da década de 90. Entre 1994 e 1999, as importações cresceram 48,4%, superiores aos 33% das importações mundiais; enquanto as exportações brasileiras tiveram um crescimento de apenas 10,3%. O saldo da balança comercial brasileira, que apresentava um superávit de US\$ 10,4 bilhões em 1994, entra em trajetória declinante com déficit de US\$ 3,3 bilhões, em 1995, e US\$ 6,6 bilhões, em 1998. Segundo Paulani (2008, p. 22), "a piora estrutural das contas externas do Brasil é certamente uma das mais perversas heranças legadas pelo governo FHC".

A abertura indiscriminada, além de elevar a dependência do país em setores como insumos básicos e de bens de capital, "produziu um elevado estoque de capital privado nacional bom e barato que foi parar nas mãos do capital estrangeiro. O processo de privatização das estatais produtoras de serviços industriais de utilidade pública impôs a elas o mesmo destino" (PAULANI, 2008, p. 22). Segundo Mamigonian (2004), o governo Collor e FHC foi uma contra-revolução que substituiu o nacional-desenvolvimentismo pelo neoliberalismo desnacionalizante.

O conjunto de países da América Latina (Bolívia, Venezuela, México, Equador, Peru, Paraguai, Uruguai, entre outro) adotou em maior ou menor grau as políticas econômicas recomendadas pelo "consenso de Washington". Os impactos de tais políticas foram diferenciados entre os países. Mas, em termos gerais todos apresentaram uma forte desnacionalização de sua estrutura produtiva, uma elevação do nível de pobreza, uma elevada transferência de recursos para pagamento da dívida via privatizações, déficits comerciais elevados e queda do PIB. No Uruguai, o PIB de US\$ 2,0 bilhões, em 1998, decaiu para US\$ 1,9 bilhão, em 1999. O déficit na balança de pagamentos da ordem de US\$ 580 milhões subiu para US\$ 605 milhões. Na Colômbia, o PIB decaiu de US\$ 98,0 bilhões, em 1998, para US\$ 84,8 bilhões, em 2001. Enquanto na Bolívia, os índices de pobreza atingiam 63% da população, especialmente a de origem indígena, no Equador cerca de 70% da população viviam na pobreza extrema (BANDEIRA, 2002).

Em termos gerais, as políticas neoliberais para o conjunto das economias latino-americanas tornaram-se desastrosas. Gonçalves (2018, p. 10), ao utilizar dados da Cepal, destaca o aumento da desigualdade e da pobreza na maioria dos países da América Latina nos

anos 1980 e nos anos 1990 metade dos países da região aponta índices crescentes enquanto a outra metade informa índices decrescentes de distribuição de renda. Entre 1998-2003, enquanto o PIB regional cresceu apenas 1,4%, o PIB per capita despencou para (-) 0,1%. Contudo, a partir do primeiro quinquênio dos anos 2000 as economias latino-americanas adotaram políticas macroeconômicas visando o crescimento econômico.

O crescimento econômico da América Latina pós-2000

O início do século XXI foi marcado por uma série de alterações econômicas e políticas na América Latina. Do ponto de vista político vários partidos de esquerda e centro esquerda chegaram ao poder no Brasil, Chile, Bolívia, Argentina, Costa Rica, Equador, Peru, Paraguai, Uruguai, Nicaraguá, Venezuela (PANIZZA, 2006; SILVA, 2010). Cavalcante, et. al. (2012, p. 6) afirma que no início dos anos 2000 a América Latina foi marcada “por dois movimentos importantes, por um lado observamos a ascensão dos governos de esquerda e por outro a expansão democrática”.

Segundo Teotônio dos Santos (2013), se de um lado, a partir de 2000 instaura-se “um governo da direita ideológica nos Estados Unidos e uma conduta imperial que nega o multilateralismo e afirma a hegemonia indiscutível do centro imperial” (SANTOS, 2013, p 45), por outro lado, ainda segundo o autor, cresce na América Latina “uma nova liderança política com tradição de centro-esquerda, assim como novos movimentos sociais com inspiração política anti-imperialista” (SANTOS, 2013, p. 47). Contudo, segundo Gonçalves (2017, p.05) a América Latina, no início do século XXI, adotou diferentes modelos de desenvolvimento econômico, “alegorias antiliberais e pós-liberais convivem com enredos liberais e vice-versa. É, naturalmente, um erro analítico identificar antiliberalismo ou pós-liberalismo em países que mantêm elevado grau de liberalização econômica, independentemente do ativismo das políticas públicas”.

Ainda segundo o autor na América Latina, coexistem “modelos econômicos liberais com políticas sociais (pali)ativas, inclusive, aquelas focalizadas na desigualdade e na pobreza”. Assim “é difícil classificar esses países no esquema simplificado liberal, pós-liberal ou antiliberal haja vista a ausência de mudanças estruturais na economia. (GONÇALVES, 2017, p. 05). O autor adverte que alguns países adotam modelos antiliberais enquanto outros aprofundam os modelos liberais. Há também países que promovem a combinação contraditória do aprofundamento e recuo do modelo liberal e outros com projetos claramente de orientação socialista. Sua conclusão é que a América Latina “adotou modelos antiliberais, ultraliberais e híbridos [...] Chile é exemplo evidente de modelo liberal ou ultraliberal, enquanto a Venezuela é exemplo inequívoco de modelo antiliberal. O Brasil pode ser visto como um caso intermediário [...]” (GONÇALVES, 2017, p. 35).

Mesmo sem mudanças estruturais é inegável que do ponto de vista econômico a América Latina apresentou uma melhora dos índices econômicos que se traduziu na aceleração do crescimento associado a uma melhor distribuição de renda e uma redução da pobreza. Assim, enquanto entre 1980 a 2003, o crescimento econômico da América do Sul foi de 2,8% ao ano, entre 2004 a 2011, o crescimento foi de 5,3% ao ano (SANTOS, 2015). Cabe destacar que esse crescimento econômico afetou diretamente as taxas de desemprego. Assim, “entre 2002 e 2010, a despeito da crise internacional, em todos os países da América do Sul houve queda na taxa de desemprego. Essa queda é maior nos países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela), onde a taxa cai para cerca da metade” (SANTOS, 2015, p. 230).

A combinação do crescimento econômico, redução das taxas de desemprego e o aumento dos gastos públicos, promoveram uma redução do número de pobres e indigentes na América Latina. De acordo com Cepal (2012) a proporção de pobres na América Latina caiu

de 43,9% em 2002 para 29,4% em 2011 e a de indigentes de 19,3% para 11,5% no mesmo período. Cabe destacar que há diferenças quanto ao desempenho dos países. Assim, os indicadores de desigualdades e pobreza são melhores na América do Sul do que no conjunto da América Latina e Caribe. A redução da pobreza no México e nos países da América Central, com exceção do Panamá e de Honduras, foi significativamente menor do que a média da América Latina (SANTOS, 2015 p. 226). Segundo Gonçalves (2017, p. 11) “se na primeira metade dos anos 2000 já se constate a melhora dos indicadores a inflexão relevante mais evidente ocorre na segunda metade da primeira década do século XXI”.

Diante desse quadro quais fatores foram responsáveis pela combinação da redução dos níveis de pobreza e de indigência com crescimento econômico da América Latina?

Determinantes externos e internos do crescimento econômico da América Latina pós-2000

A bibliografia de modo geral ressalta os fatores externos e os fatores internos como os responsáveis pelo crescimento econômico. Assim sendo, para Santos (2015, p. 226-227) três fatores contribuíram para o crescimento econômico da América Latina. O primeiro refere-se ao alívio da restrição externa (ajuste nas contas correntes), que permitiu maior autonomia para aplicação de políticas sociais. Já o segundo deriva da combinação entre crescimento econômico com valorização da taxa de câmbio que permitiram a redução do desemprego e o aumento do salário real.

Contudo, a força da análise do autor está, sobretudo, nos fatores externos, pois os ajustes das contas correntes “induzido pelas crises cambiais do fim da década de 1990 e início de 2000, não somente antecedeu, mas também foi um fator fundamental para o *boom*” (SANTOS, 2015, p. 246). Os ajustes foram possíveis, além de outros fatores, das condições proporcionadas pela expansão do comércio internacional.

A expansão do comércio mundial, no período pós-1973, foi espetacular chegando a crescer 31 vezes, pulando da casa dos US\$ 556 milhões para US\$ 17.7 bilhões e ultrapassando o crescimento do PIB. Entre 1980-2011, o comércio mundial, em termos de valores, cresceu 9,1 vezes contra 6,9 vezes do PIB. Entre 1990-2011, o crescimento do comércio mundial foi da ordem de 5,2% contra 3,14 do PIB (ESPÍNDOLA, 2014 p. 09). Entre 2002-2009, a média de crescimento do comércio mundial foi da ordem de 4,2%, enquanto o PIB teve um crescimento aproximado de 3,6%².

Tomando como base a classificação proposta pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Nonnenberg (2011, p. 14) aponta que o comércio mundial de produtos primários e o de manufaturados intensivos em trabalho ou recursos naturais caíram de cerca de 40% do total em 1980 para 29% em 2008. Ao mesmo tempo aumentou de 50% para 61% as exportações de bens com alta e média intensidade tecnológica. O autor ainda afirma que dois fatores contribuíram para a expansão do comércio mundial. Enquanto, o primeiro decorre do crescimento do comércio de bens intermediários, em função da internacionalização da produção via “cadeias globais de valor”, o segundo do aumento do comércio intrafirma, realizado no interior de empresas multinacionais.

² A expansão do comércio internacional de mercadorias promoveu a inserção ativa de países como Japão, Índia e China na divisão internacional do trabalho. Enquanto, os EUA reduziram sua participação no mercado internacional de 12,3%, em 1973, para 8,3%, em 2011, a Europa diminuiu sua participação de 50,9% para 37,1%, no mesmo período. Em contrapartida, a Ásia cresceu de 14,9% para 31,1%. Somente a China cresceu de 1,0%, em 1973, para 10,7%, em 2011. O aumento de participação da China é excepcional. Em 1950, a China participava com 0,97% das exportações mundiais contra 16,6% dos EUA e 10,6% do Reino Unido. Em 1990, a China alcançava a casa de 1,8% de participação nas exportações mundiais contra 11,40% dos EUA (ESPÍNDOLA, 2014).

Nesse contexto de expansão do comércio mundial a participação das exportações da América latina e Caribe no comércio mundial passaram de 2,61% em 2000 para 3,61% em 2007. As taxas anuais das exportações cresceram acima dos 5% (CEPAL, 2015). Diversos autores demonstraram a importância da expansão do comércio mundial para América Latina (TOREZANI, PIPER, 2012; DELGADO, BESEN, 2010; SANTOS, 2015).

Contudo, cabe ressaltar dois aspectos relevantes da participação da América Latina no comércio mundial. O primeiro é que o câmbio valorizado resultou na perda da competitividade industrial, o aumento da dependência das exportações de *commodities*, a elevação das importações e os déficits nas balanças comerciais como bem salientou Santos (2015).

Entre 2005-2011 a América do Sul e Central perderam 19% do *market-share* nas exportações mundiais de manufaturados (SANTOS, 2015). As exportações de manufaturados decresceram de 58% de participação entre 1999-2003 para 44% entre 2009-2013. Em contrapartida aumentou a participação das exportações regionais de produtos agropecuários e minerais. Entre 2000-2016, enquanto as exportações de produtos agropecuários cresceram de 17% de participação para 26%, as exportações de recursos naturais cresceram de 22% para 23% (CEPAL, 2017).

O segundo aspecto relaciona-se ao papel da China nesse processo de expansão das exportações de bens agrícolas e minerais da América do Sul³. Enquanto a participação da agricultura na pauta exportadora dos países da América Latina para a China foi de 31% entre 2009-2013, as exportações de produtos oriundos da extração foi de 56%, no mesmo período (CEPAL, 2015). O aumento da demanda chinesa por produtos minerais e agropecuários está estimulando e direcionando os esforços latinos americano para as exportações de “produtos primários” (NONNENBERG, 2011).

Segundo a CEPAL (2012) a elevada demanda da China e de outras economias emergentes fizeram que, desde o início dos anos 2000, os preços dos produtos básicos exportados pela região, tivessem um acentuado aumento, particularmente no caso dos minérios e metais. Contudo, sem negar a importância da demanda chinesa no processo de elevação dos preços das *commodities* agropecuárias e energéticas deve-se ressaltar a existência de outros fatores não menos importantes. Um deles é a crise hipotecária americana, de 2007, que promoveu uma fuga de capitais para aplicações em mercados internacionais de *commodities* (SILVA, 2009). Outro é o efeito climático do *El niño*, que em 2002, afetou alguns produtos, como café, soja e açúcar e promoveu a necessidade de reajustes dos preços por causa da elevação dos custos produtivos (PRATES, 2007; BLACK, 2013).

Ademais é necessário ressaltar que enquanto as *commodities* energéticas tiveram seus preços reais acrescidos em 1.000%, ao longo dos últimos sessenta anos, os minerais tiveram aumentos de 100%, contra uma redução dos preços das *commodities* agrícolas em 25% (JANK, 2013). Ainda segundo o autor, a elevação dos preços das *commodities* agrícolas (44% em média), na última década, deve ser vista como um efeito recuperador dos preços.

Em termos gerais pode-se afirmar que a crescente demanda chinesa de produtos oriundos da América Latina gerou dois efeitos distintos sobre os países, conforme demonstrou Medeiros e Cintra (2015). Um efeito que atinge diretamente a demanda e que se desdobra no impacto sobre as exportações, a balança comercial e os investimentos e, um outro que afeta a estrutura produtiva setorial. Ainda segundo os autores o “efeito demanda” da expansão chinesa contribuiu diretamente para o crescimento e indiretamente para o relaxamento da restrição externa observado na América do Sul (MEDEIROS, CINTRA, 2015).

³ Medeiros e Cintra (2015, p. 34) afirmam que as “relações comerciais entre a China e países da AL começaram a se intensificar a partir de 2002, com o ingresso da China na OMC e pela maior ofensiva comercial a partir da visita de Hu Jintao em 2004, quando dezenas de acordos comerciais, de investimentos e de cooperação foram assinados com diversos países da região”.

Não há dúvida de a demanda chinesa explique em boa parte dos resultados das exportações da América Latina. Contudo, par o caso brasileiro, Espindola (2016) demonstra que o sucesso exportador dos agronegócios brasileiros deriva, em parte, dos investimentos realizados em tecnologia de melhoramento genético, de melhoria das pastagens, da melhoria do manejo, da introdução das técnicas de confinamentos e sanidade, etc., que ampliaram as taxas de desfrute do rebanho brasileiro. No agronegócio da soja, merece destaque o papel desempenhado pela Embrapa que, por intermédio do Centro Nacional de Pesquisa da Soja (CNPES) de Londrina, empenhou-se em desenvolver uma tecnologia específica para produção do grão em regiões de latitude inferiores a 15°s, e para o aumento da produtividade em áreas tradicionais⁴.

Além da performance do comércio exterior como fonte de dinamização recente da economia da América Latina, cabe ressaltar a liquidez internacional que, juntamente, com as elevadas taxas de juros internas e liberalização financeira, induziram a uma entrada de capitais externos nas economias regionais (CANO, 2009). Assim sendo, desde 2003, o IED para a região vem crescendo constantemente, exceto em 2006 e 2009.

Enquanto os países desenvolvidos reduziram sua participação de 89% para 73% dos fluxos de IED entre 2000-2012, os países subdesenvolvidos cresceram de 11% para 27%, no mesmo período. A Ásia manteve a liderança dos países subdesenvolvidos, respondendo por 65% dos IED, seguida da América Latina com 30,2% (SANTOS, 2012). Em termos de recepção dos IED, os países desenvolvidos absorveram 37,8%, enquanto o restante foi absorvido pelos países subdesenvolvidos. A Ásia, com 54%, manteve-se líder, enquanto e a América Latina com 28%, entre 2000 e 2012.

Entre 2006-2010, os IED na América Latina e Caribe cresceram de US\$ 74,8 para US\$ 120,8 bilhões. Desse total US\$ 48,5 bilhões destinaram-se ao Brasil e US\$ 15 bilhões ao Chile. Se destacarmos apenas a América do Sul, os IED subiram de US\$ 43,4 bilhões para US\$ 89,6 bilhões, no mesmo período (CEPAL, 2011)⁵. Em 2011, dos US\$ 153,4 bilhões, US\$ 66,7 bilhões de dólares, foram destinados ao Brasil e US\$ 19,4 bilhões ao México. Ambos representaram 56,52% dos IED da região. Cabe destacar, que entre 2012-2017, houve uma queda de 7% dos fluxos de IED para a região, passando de US\$ 173,3 bilhões para US\$ 161 bilhões. No Brasil, entre 2003-2014, os IED cresceram de US\$ 10,1 bilhões para US\$ 62,4 bilhões, atingindo o recorde de US\$ 65,3 bilhões em 2012.

Apesar dos fluxos mundiais de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) terem crescido 38% em 2015, atingindo US\$ 1,76 trilhão, no Brasil houve uma queda de 12% em 2016, ficando na casa dos US\$ 58 bilhões. Em 2017, os IED no Brasil alcançaram o valor de US\$ 63 bilhões, sendo que US\$ 12,6 bilhões foram destinados para o setor energético e US\$ 6,6 bilhões para o setor de transporte e armazenamento. Enquanto os IED do setor energético triplicou em 2017, em relação a 2016, o setor de produtos químicos e alimentícios duplicou atingindo US\$ 3,2 bilhões e US\$ 2,6 bilhões, respectivamente (IEDI, 2018).

Segundo a Cepal (2018), em 2017, a principal fonte de investimento estrangeiro na América Latina era a União Européia com 42% e os EUA com 28%. Entre 2003- 2015 os investimento externo diretos dos norte americanos cresceram de US\$ 4 bilhões para US\$ 53 bilhões, perfazendo um crescimento de 13,2 vezes. Contudo, chama atenção os fluxos do IED

⁴Outros fatores explicam ainda o desempenho exportador do agronegócio brasileiro. Dentre eles, podem-se destacar: (1) as crises de aftosa e vaca louca na Europa e nos EUA; (2) a redução da oferta mundial de carne de frango por parte da China e dos EUA, em razão do crescimento de sua demanda interna; e (3) a conquista de novos nichos de mercados que ampliaram o *market share* de algumas cadeias (NAKAHODO; JANK 2006); e (4) a grande disponibilidade de terra, água, boas pastagens, condições climáticas e outros fatores naturais que tornam as cadeias produtivas competitivas internacionalmente. Segundo Lazzarini et al. (2013), poucos países têm condições de solo e clima diferenciados para a produção agrícola.

⁵Em 2010, dos US\$ 126 bilhões de IED na América Latina, 465 destinara-se a fusões e aquisições parciais, 23% em *greenfield*, 21% em fusões e aquisições completas e 10% em *Joint venture* (CEPAL, 2012).

para a América Latina oriundos da China. Em 2000, a China iniciou oficialmente a estratégia “go global” para promover seus investimentos externos diretos.

Os IED da China no mundo cresceram 30,9 vezes entre 2001 a 2017. Dos US\$ 136, 4 bilhões investidos em 2017, 28% destinou-se á Ásia, 18% Europa, 16% África, 10% EUA e 9 % América do Sul. Dos US\$ 144 bilhões investidos na América do Sul, entre 2005-2017, cerca de US\$ 52 bilhões foi para o Brasil, US\$ 27,4 bilhões para a Argentina, US\$ 20,6 bilhões para Venezuela e US\$ 19,6 bilhões para o Peru. Cabe destacar ainda que 90% do total do IED direcionados para a América do Sul foram realizados por empresas estatais e se concentraram nos setores como energia, transportes e mineração (RODRIGUES, HENDLER, 2018).

As empresas estatais chinesas de produção de petróleo como a China Nacional Petroleum Corporation (CNPC), China Petroleum and Chemical Corporation (Sinopec), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e Sinochem, têm realizado vultosos investimentos na Argentina, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru. Na mineração, os investimentos chineses estão concentrados no Peru. No Brasil, além dos IED na área de mineração merecem destaque os investimentos no setor elétrico. Entre 2003 a agosto de 2018, o valor investido da China nos setores produtivos brasileiros alcançou os valores US\$ 54 bilhões (BRASIL, 2018)⁶.

Em termos gerais, segundo Cano (2009, p. 619) o capital forâneo que direcionou-se a América Latina veio em busca das “maiores taxas reais de juros do planeta; das aquisições baratas de empresas nacionais; da especulação nos mercados de valores; da aplicações mais em serviços do que em setores produtivos ou exportadores”.

Se externamente, o desempenho exportador e os IED proporcionaram acumulação de reservas e contribuíram para o crescimento econômico, internamente, destaca-se as políticas sociais, que segundo Gonçalves (2018) tem como eixos estruturantes a monetarização (política de transferência de renda) e a financeirização (crédito segmentado). Para Emir Sader (2013) os governos latinos americanos priorizaram o Estado como indutor do crescimento econômico e de distribuição de renda. Nesta perspectiva Arroyo (2015) destaca que foram governos que estimularam a expansão e o fortalecimento do mercado interno, via políticas de distribuição de renda e de investimento público.

Segundo Mirza (2013, p. 50) “en varias de las naciones de la Región se implementaron reformas sociales que fueron transformando la fisonomía de algunos sectores clave em la esfera de producción de bienestar. Salud y educación fueron los sectores privilegiados”. Ainda segundo a autora “la tendencia al incremento del Gasto Público Social, principalmente en los rubros salud y educación fue relevante y sostenida, así, es que mientras para América Latina pasó del 12.2% del PBI como promedio 1990-1991 al 18% en el 2007-2008, es levemente superior al 20% en el MERCOSUR (MIRZA, 2013, p. 40).

Pase e Melo (2016) afirmam que, pós 1990 e 2000, vários países da América Latina e Caribe, desenvolveram políticas específicas para a redução da pobreza por meio de transferência de renda. Segundo os autores “as políticas públicas de transferência de renda na América Latina, particularmente no México, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina, enfrentam de forma bastante importante o problema social da fome e da pobreza” (PASE, MELO, 2016, p. 326). Os autores apresentam de forma didática os programas de transferência de renda adotados destes países. Assim, no México foi implantado em 1997, o “Programa

⁶ A partir de 2010, o foco dos investimentos passou a se dar em setores industriais, com a finalidade de explorar o mercado consumidor brasileiro e criar uma plataforma de exportação. Entre 2011 e 2013, as empresas chinesas exploraram novas oportunidades na área industrial, em especial nos setores de máquinas e equipamentos, aparelhos eletrônicos e automotivos, sobretudo voltados para o mercado doméstico e visualizando uma plataforma exportadora. Em 2014, continuaram os investimentos nesses segmentos, mas cresceram os investimentos no agronegócio e no setor de serviços (CEBC, 2017).

Progresas”, rebatizado em 2014 como “Programa Prospera”. No Paraguai em 2005, foi criado o programa de transferência de renda “Tekoporã”. Já na Bolívia, foi implantado em 2006, o Bono Juancito Pinto (BJP), “com o objetivo principal de melhorar o acesso à educação, promover mobilidade social e diminuir a pobreza para as futuras gerações” (PASE, MELO, 2016, p. 321). Enquanto no Uruguai criou-se em 2005, o “Plano de atenção a emergência social, cercanias e asignaciones familiares”, na Argentina, em 2009 desenvolveu-se o plano “Asignación Universal por Hijo para Protección Social”.

No Brasil ao assumir o governo, o presidente Lula, apesar da reforma da Previdência, empenhou-se na ampliação dos gastos sociais⁷. Se entre 1995 e 2002, o investimento social per capita cresceu 32% em termos reais; entre 2003 e 2010, aumentou mais do que 70%. O crescimento anual médio foi de 9% entre 2003 e 2011 (SICSÚ, 2013). Nessa conjuntura, o programa intitulado Bolsa Família tornou-se um dos principais instrumentos de transferência de renda e de combate à fome. Criado em outubro de 2003, o Programa Bolsa Família teve o objetivo de unificar todos os programas governamentais. Ele é fruto da unificação dos programas Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio Gás (Ministério das Minas e Energias), Bolsa Escola (Ministério da Educação) e Cartão Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome)⁸.

O programa Bolsa Família expandiu-se, tornando-se um dos principais programas sociais de maior cobertura de proteção social. Entre 2003 e 2011, o orçamento do Bolsa Família cresceu de R\$ 0,57 bilhões (0,03% do PIB) para R\$ 17,36 bilhões, representando 0,42% do PIB (BRASIL, 2014). O número de famílias beneficiárias saltou de 3,6 milhões, em 2003, para 12,7 milhões de famílias beneficiárias, em agosto de 2010 (IPEA, 2010).

No conjunto dos programas sociais, destaca-se ainda o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Criado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) tinha como objetivo reduzir em 14% o déficit habitacional no Brasil e incentivar a indústria de construção civil. Direcionado para a população de baixa renda, o programa incentiva, por meio de taxas de juros baixas e subsídios, o acesso à unidade habitacional via alocação de R\$ 34 bilhões. Desse total, R\$ 25,5 bilhões originavam-se do Orçamento Geral da União e R\$ 7,5 bilhões do FGTS. Conforme dados da Caixa Econômica Federal, os números contratados durante o MCMV I foram de 1.005.128 residências (DAMICO, 2011; ANDRADE, 2012).

A educação também esteve na pauta dos programas sociais do governo federal, com destaque para a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Se em 2003 o Brasil tinha 43 campi de universidades Federais implantados, em 2010 o número salta para 230. Por sua vez, o Prouni permitiu o acesso de jovens oriundos das camadas populares à universidade, via ensino privado. Para tanto, o setor privado de ensino foi subsidiado com a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Entre 2000 e 2010, enquanto o número de pessoas com ensino superior cresceu de 5,9 milhões para 13,5 milhões, o número de alunos matriculados no ensino superior subiu de 2,6 milhões para 6,3 milhões de pessoas (ARAÚJO, 2013). Destaca-se ainda a expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. De 2005 a 2014, foram construídas 418 novos campus em todas as regiões brasileiras (SILVA, 2015).

Em termos gerais, pode-se afirmar que os fatores internos e externos propiciaram um ciclo de crescimento econômico latino americano como propõem Santos (2015). Apesar dos

⁷Paulani (2008) afirma que a reforma da Previdência impôs tetos para os benefícios, obrigando os servidores públicos a participar de fundos de complementação. Criou-se com isso um grande mercado para o capital financeiro privado nacional e internacional.

⁸ O Bolsa Família é dirigido às famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita de até R\$ 50,00) ou a famílias pobre e extremamente pobres com crianças e jovens, com renda mensal per capita de até R\$ 100,00 (MARQUES; MENDES, 2006).

esforços, via políticas públicas, em reduzir pobreza, faltou na visão de Gonçalves (2018) mudanças estruturais que de mudanças estruturais na resolução da desigualdade social. Segundo Santos (2015), os indicadores econômicos dão sinais que a partir de 2011 esse crescimento econômico tenha chegado ao fim. Com base em Gonçalves (2018, p. 40), “após a trajetória de queda da desigualdade (e pobreza) deve surgir o efeito *plateau* e, em seguida, a tendência de elevação dos indicadores, como uma volta ao passado de elevados e persistentes níveis de desigualdade (e pobreza)”⁹.

Considerações finais

Argumentou-se que entre os anos de 1980 e a primeira década do século XXI, as economias latinas americanas passaram por três grandes momentos. O primeiro, nos anos de 1980, foi marcado pelo estrangulamento financeiro e comercial promovido pelos EUA, que resultou em um processo recessivo para economia regional, excetuando-se o caso Chileno e Brasileiro. A política de ajustamento macroeconômico proposta pelo FMI não solucionou os problemas referentes a queda dos investimentos, déficit orçamentário, desequilíbrios do balanço de pagamentos e o endividamento externo. O segundo momento, década de 1990, foi consubstanciado pela implantação de políticas neoliberal propostas pelo “Consenso de Washington”, que orientava as economias regionais para a redução dos gastos públicos, redução de subsídios, reforma tributária, liberalização do comércio exterior, privatização de empresas públicas, desregulamentações e a liberalização de fluxos de capitais, entre outras. Os impactos de tais políticas foram diferenciados entre os países. Mas, os países apresentaram uma forte desnacionalização de sua estrutura produtiva, uma elevação do nível de pobreza, uma elevada transferência de recursos para pagamento da dívida via privatizações, déficits comerciais elevados e queda do PIB. O terceiro momento pós 2000 caracteriza-se por uma série de alterações econômicas e políticas na América Latina. Apesar dos novos governos adotarem diferentes modelos de desenvolvimento é inegável os esforços visando o crescimento econômico associado a uma melhor distribuição de renda.

Advogou-se que nesses três momentos, os determinantes para o desempenho econômico de expansão e crise estão diretamente associados aos fatores externos e internos. Para o período pós 2000, destacou-se externamente o comércio internacional via as exportações regionais e os IED e internamente a política pública de transferência de renda. A combinação de fatores propiciou um ciclo de crescimento econômico latino americano pós 2000, mas que começou a partir de 2011, dar sinais de esgotamento.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Gabriel, V. M. Políticas Públicas Brasileiras: Uma avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida. Rio de Janeiro, 2012. 172 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012.
- ARAUJO, T. B. “Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula”. In: SADER, Emir (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. p. 157-172. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ARROYO, Monica. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: Questões territoriais na América Latina. LEMOS A. I. G. de; SILVEIRA M. L., ARROYO M. (orgs) Buenos Aires, Ed. Clacso, 2006.

⁹ No Brasil, o baixo crescimento do PIB, juntamente com uma certa pressão inflacionária forneceram combustível para argumentos antidesenvolvimentistas (SINGER, 2015, p. 50). A combinação desses fatores com a deterioração do pacto estabelecido no governo Lula, o início da operação lava jato, o poder exagerado do judiciário e o papel midiático, impossibilitaram a continuidade do ciclo desenvolvimentista, seqüestrando a democracia via golpe ao governo de Dilma Roussef (SANTOS, 2017). Em termos gerais concorda-se com Paula e Pires (2017), que as determinantes da crise econômica recente ainda requer um aprofundamento dos estudos.

ESPÍNDOLA, Carlos José. *Considerações sobre os determinantes do desenvolvimento econômico da América Latina: dos anos de 1980 ao início do século XXI*. Revista Pantaneira, V. 16., Pag. 28 - 42, UFMS, Aquidauana-MS, 2019.

BALANCO, P. et al. A crise econômica e a desarticulação social na América Latina:

o endividamento estrutural. Bahia Análise & Dados. v. 13, n. 3, p. 677-691. Salvador, 2003.

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul In: Rev. Bras. Polít. Int. 45 (2) p. 135-146, 2002.

BLACK, C. Eventos relacionados ao superciclo de preços das commodities no século XXI. In: Indicadores Econômicos FEE, v. 40. n. 2, Porto Alegre, 2013.

BRANDÃO, R. V. da M. Reformas Neoliberais na América Latina In: Aedos, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 31-56, 2017

BRASIL. Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão. Boletim sobre investimentos chineses no Brasil n.7, Brasília, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise da América Latina: consenso de washington ou crise fiscal? In: Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 21 n. 1, p. 3-23 1991.

CANO, W. América Latina: notas sobre a crise atual In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 603-621, dez. 2009.

CARDOSO, E. A; FISHLOW, A. Desenvolvimento econômico na América Latina: 1950-80. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, v. 44, n.3, p. 311-35, 1990.

CASTRO A. B. & SOUZA, F. E. P. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

CAVALCANTE, P. et al. Democracia e Desempenho Econômico: uma abordagem comparada da América Latina In: 8º Encontro da ABCP. Gramado, RS 2012

CEBC. Conselho empresarial Brasil-China, Investimento Chineses no Brasil, 2017.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe: Recuperação num contexto de incerteza. Documento Informativo. Santiago: Cepal, 2017.

_____. Series Históricas de Estadísticas Económicas de América Latina y el Caribe 1950-2008. Santiago: Cepal, 2009.

_____. Estudo econômico da América Latina e do Caribe. Documento Informativo. Santiago: Chile, 2015.

_____. Panorama social da América Latina e Caribe. Documento Informativo. Santiago: Cepal, 2012.

DAMICO, F. O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. In: Costa, J, C et. Al (orgs.). O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: trabalhos premiados. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento/ Caixa Econômica Federal, Rio de Janeiro, 2011.

DELGADO, P. R., BESEN, G. M. V. Nota sobre o Comércio Exterior na América do Sul In: Nota Técnica. n. 1 IPARDES, Curitiba, 2010.

ESPÍNDOLA, Carlos. J. A dinâmica geoeconômica do agronegócio brasileiro de carnes e soja. In: LAMOSO, L. P. (Org.). Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul. Curitiba: Íthala, 2016. p. 19-53.

_____. Desempenho Exportador Brasileiro e o Transporte de Cargas nos Portos e Terminais de Uso Privativo. In: Cadernos Geográficos, n. 32. Florianópolis, 2014.

GONÇALVES, R. Liberalização econômica, desigualdade e pobreza na América Latina no século XXI. Os modelos de desenvolvimento econômico fazem alguma diferença? Texto para Discussão. n. 001, Instituto de Economia. UFRJ, Rio de Janeiro, 2018

IEDI, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. O perfil do IED no mundo e a posição do Brasil, 2018.

JANK, M. S. Entendendo a queda de preços das commodities. 2013. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,entendendo-a-queda-de-preco-das-commodities-imp-,1066204>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

ESPÍNDOLA, Carlos José. *Considerações sobre os determinantes do desenvolvimento econômico da América Latina: dos anos de 1980 ao início do século XXI*. Revista Pantaneira, V. 16., Pag. 28 - 42, UFMS, Aquidauana-MS, 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios Volume 1. Brasília. 2010. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf

MAMIGONIAN, Armen. Qual o futuro da América Latina? In: Questões territoriais na América Latina. LEMOS A. I. G. de; SILVEIRA M; L., ARROYO M. (org) Buenos Aires, Ed. Clacso, 2006.

MAMIGONIAN, A. América Latina e a economia Mundial: Notas sobre o caso chileno, mexicano e Brasileiro. Geosul, n. 14, v. 28, p. 139-151, Florianópolis, 1999

_____. O enigma Brasileiro atual: Lula será devorado. Revista Ciência Geográfica. AGB:BAURU. Ano X, v. X, n. 2, 2004.

MARQUES, R. M.; A. MENDES. O social no governo Lula: construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. Revista de Economia Política, v. 26, n. 1, p.58-74. 2006.

MATTOSO, J. Produção e Emprego: Renascer das Cinzas. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O Desmonte da nação. Balanço do governo FHC. Vozes, Petrópolis, Brasil. p. 24-56. 1999.

MEDEIROS C. A, CINTRA, M. R. V. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. Revista de Economia Política, vol. 35, n. 1, p. 28-42, 2015.

MIRZA, C. A Problemas emergentes en políticas sociales el foco en el MERCOSUR In: COSTA, L. C., NOGUEIRA, V. M. R., and SILVA, V. R., (orgs). A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, p. 43-60.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. A falácia da doença holandesa no Brasil. Documento de pesquisa. São Paulo: Ícone, 2006.

NONNENBERG, M. J. B. Exportações e inovação: uma análise para América Latina e sul-sudeste da Ásia. Texto para Discussão 1579, IPEA, Rio de Janeiro, 2011.

MUNHOZ, D G. América Latina ortodoxia econômica e dependência financeira

R. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, 6(1) p. 7-23, 2002.

NETO, A. D. O Desemprego é âncora do Real. BENJAMIN, C. ELIAS, L. A., MINEIRO, A. dos S.(org). Visões da crise. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 95-109. 1999.

PANIZZA, F. La Marea Rosa. Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-americano, n. 8, 2006.

PASE, H. L., MELO, C. C. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 51(2) p. 312-329, 2017.

PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. Revista de Estudos Avançados, n. 31 v. 89, p. 125-144. 2017.

PAULANI, L. Brasil Delivery. Boitempo, São Paulo, Brasil. 2008.

PRATES, D. M. A alta recente dos preços das commodities. In: Revista de Economia Política, São Paulo: v. 27, n. 3, p. 323-344, jul./set. 2007.

RANGEL I. M. Economia: milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: Zahar.1985.

RODRIGUES1 B. S., HENDLER, B. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo In: estudos internacionais. Belo Horizonte, I, v.6 n.3, p.5-25, 2018.

SADER, E. (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.

São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, W. G. dos. A Democracia impedida: o Brasil no século XXI. FGV Editora. Rio de Janeiro, Brasil. 2017.

SANTOS, L. B. Estado, Industrialização e os Espaços de Acumulação das multilaterais. 2012. 230f. Tese (Doutorado),Curso de Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2012.

SANTOS, B. G dos O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa.Revista do BNDES 43. Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, T. A América Latina na Encruzilhada. Revista Brasileira de Administração Publica v. 6 n. 2, 2013.

ESPÍNDOLA, Carlos José. *Considerações sobre os determinantes do desenvolvimento econômico da América Latina: dos anos de 1980 ao início do século XXI*. Revista Pantaneira, V. 16., Pag. 28 - 42, UFMS, Aquidauana-MS, 2019.

SICSÚ, J. Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro? Geração Editorial, São Paulo, Brasil. 2013.

SILVA, T. T.; CORREA, V. H. C. A crise mundial dos alimentos e a vulnerabilidade dos países periféricos. 2009. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/CriseAlimentosVersaofinal_17112009.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

SILVA, J. G. A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica na região Sul do Brasil. ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11, 2015, Presidente Prudente. Anais... Presidente Prudente: UFGD Editora, p. 11150-11162, 2015

SILVA, F. P. da . “Até onde vai a ‘onda rosa’?” Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-americano, nº 2, 2010.

SINGER, A. “A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista”. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Org.). As contradições do Lulismo. p. 21-55. Boitempo, São Paulo, 2015.

TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. Desajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TOREZANI T. A., PIPER, D. O. Comércio exterior dos países sul-americanos: uma investigação 20 anos após o Consenso de Washington. In: Revista Economia Ensaios, Uberlândia (MG), 27(1), p. 69-86, 2012.